

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO AFRODESCENDENTE PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisco de Assis Xavier
fdaxx.8@gmail.com
UFES

Ione Aparecida Duarte Santos Dias
ioneads@hotmail.com
UFES

Eixo Temático I
Pôster

Resumo: O texto traz reflexões incipientes de pesquisa objetivando discutir a inclusão do aluno afrodescendente e público alvo da Educação Especial nos espaços escolares, e colaborar com o enfrentamento às práticas discriminatórias e ao racismo nesses ambientes. Pauta-se em pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. A cultura hegemônica eurocentrada direcionou e direciona por muito tempo qual é a proposta de construção social e isso chega a todas as formas de construção, principalmente a educacional, por onde grande parte dos sujeitos passa em determinada época da vida e aqueles com deficiência são marginalizados nos processos pedagógicos. Viver sob o jugo do preconceito é experiência rotineira dos negros no Brasil e o racismo, invisibilizado pela corrente de pensamento eurocêntrica é reforçado pela utópica Democracia Racial. Nesse sentido, ser afrodescendente e deficiente é trazer a marca no corpo e na pele, e atrair para si os olhares da discriminação a todo o momento e não raramente camuflados sob a fantasia de proteção, muitas vezes no discurso da defesa por espaços ideais em escolas especiais para melhor assistência, de estarem com seus pares e onde não sofrerão discriminação. Os resultados iniciais sugerem que o racismo influencia negativamente no processo de inclusão do estudante com deficiência, e a resistência, um ingrediente fundamental ao alicerçamento de práticas que privilegiam a equidade.

Palavras-chave: Negro; Deficiência; Resistência; Inclusão.

Introdução

A história é inequívoca ao mostrar a marca do afrodescendente e as consequências na ordem social instalada que essa condição traz implicitamente para o sujeito assim identificado no ambiente escolar. A cultura hegemônica eurocêntrica direcionou e direciona por muito tempo quem são as pessoas, quem são os lugares e o que se fala, se come e se veste, enfim, qual a proposta de

construção social. E isso vai chegando a todas as formas de construção, principalmente a educacional.

Em 2001 quando no Brasil a Lei de Diretrizes Nacionais para Educação Básica trata da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais, a escola passa a receber todas as formas de diversidade. A proposta trouxe desafios porque a partir da lei, aquele que destoava da proposta de “ensinagem”, passa a ser considerado com necessidades educacionais especiais.

A legislação em si não garante que as pessoas sejam respeitadas e protegidas pelo que ela preceitua. O silenciamento às práticas discriminatórias ainda vividas nos ambientes escolares, dos quais somos oriundos profissionalmente, fortalecem convicções cristalizadas em práticas soberanas de pseudo-inclusão. As relações interpessoais não raramente são pautadas pela naturalização do preconceito, com julgamentos apressados e superficiais das diversidades e especificidades ali existentes, levando a comportamentos racistas e excludentes.

A dificuldade dos dominantes em aceitar e conviver com a diferença projetam sobre os que julgam inferiores, a negação de direitos, por meio de práticas discriminatórias, na tentativa de valorização de si mesmo e na “diminuição” do semelhante por meio de atitudes que consideram sem maiores consequências, mas geradoras de desdobramentos negativos.

Referencial teórico

O referencial teórico que subsidiou as análises pauta-se na legislação vigente: Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) que determina a matrícula de todos os alunos nas escolas de ensino regular, e que o atendimento educacional especializado deverá ser oferecido de forma complementar ou suplementar. O Decreto nº 6.094/07 orienta para o

comprometimento com a educação para todos, garantindo acesso e permanência no ensino regular.

Também se pautou em estudos que analisam sob a perspectiva crítica as desigualdades raciais e dialogou com as produções de pesquisadores que pleiteiam a ideia de que o processo de inclusão escolar pressupõe acesso à escola, bem como permanência e a garantia de aprendizado. Assim, MUNANGA & GOMES (2006), define o racismo como um comportamento, uma ação que é resultado da aversão, algumas vezes ódio, para com as pessoas que têm uma pertença racial que é possível observar, por meio de traços como cor da pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, entre outras, resulta da crença da existência de raças ou tipos humanos superiores e inferiores, na tentativa de se impor como única ou verdadeira. JESUS e NASCIMENTO (2010) orienta sobre as estruturas sociais. FREIRE (2004) nos conduz a uma educação interventora. SANTOS (2016) emerge a questão da invisibilidade quando tratamos de questões étnico raciais e a necessária descolonização cultural. Artigos sobre a temática foram consultados a fim de servir de aporte para o embasamento teórico.

Objetivos

O presente trabalho objetiva a discutir a condição do aluno afrodescendente e público alvo da educação especial nos espaços escolares, colaborando com o enfrentamento às práticas discriminatórias e ao racismo nesses ambientes. Nesse sentido, pretende analisar a relação entre racismo e aprendizagem escolar na perspectiva de educação especial, os silenciamentos decorrentes do pressuposto da democracia racial, apontando possíveis caminhos para ações em uma visão anti-racista.

Metodologia

A pesquisa em curso pauta-se em pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, que segundo GIL (1999) proporciona maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico,

entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, geralmente assumindo a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Nesse sentido, as vivências cotidianas dos autores com a temática em tela formaram a base metodológica ao descreverem como o problema descortinado emerge em seus cotidianos laborais, bem como pesquisa bibliográfica. Entrevistas com gestores e docentes de unidades escolares também colaboraram para levantamento de dados, mas com a ressalva de permanecerem no anonimato em função das complexas relações de poder no ambiente escolar.

A condição do aluno afrodescendente público alvo da educação especial

A exclusão perpassa sistematicamente pelos processos de dominação e nos remetem aos sujeitos que estão à margem do constructo social colonialista. Entram nesse foco os que trazem marcas profundas de desigualdades e dentre eles, os afrodescendentes. Principalmente no ambiente escolar público essas marcas ficam mais evidentes, onde um percentual elevado desses sujeitos é oriundo de famílias que vivem na linha de pobreza em função das desigualdades sociais. Nesse ambiente, descortinamos dois aspectos: a exclusão por deficiência e pela cor da pele como fatores que potencializam a evasão escolar. Em sua pesquisa, SCHUCHTER (2018, p. 39) nos fala que:

É certo que por questões históricas, sociais e econômicas, quando falamos de políticas de inclusão, de educação de jovens e adultos, de educação de negros, índios ciganos, na maioria das vezes estamos fazendo uma relação com a educação de pessoas pobres [...]

Historicamente a criança deficiente ficou fora da escola em função da sociedade entender esses sujeitos como incapazes de absorver a mediação de conhecimentos advinda do currículo prescrito e nesse sentido, não havia necessidade de se investir tempo ou financiamento para alfabetizá-los. Quanto aos afrodescendentes, sua escolarização não foi planejada após a abolição, não houve de forma estruturada a organização da escola para recebê-los em seus espaços.

É notório que ainda hoje estudantes afrodescendentes enfrentam o racismo no ambiente escolar e aqueles com deficiência enfrentam a intolerância e o

preconceito. Quando o discente traz consigo essas duas marcas, afrodescendente e público-alvo da educação especial, a sua permanência na escola muitas vezes se inviabiliza, pois suscita o racismo e a intransigência velada do sistema.

Nesse sentido, é preciso pensar estratégias que atendam às necessidades com foco em suas possibilidades, é preciso considerar que todos podem aprender, e que será necessário abandonar práticas cristalizadas em conceitos arraigados no tradicionalismo pernicioso à inclusão e a pensar em ensino para todos. MAGALHÃES (2011, p.92) afirma que:

Assim, existem práticas sociais para descrever, analisar e propor formas de educação e controle social sobre aqueles cujo comportamento foge a padrões convencionais. É importante o reconhecimento de como na história humana as pessoas são “demarcadas” como deficientes para poder mostrar como se constituem formas de compreender e analisar seu processo de ensino-aprendizagem.

Infere-se, em consonância com o autor acima, que a exclusão daqueles que não estão adequados ao padrão estabelecido é histórica e processual. Mas, considerando uma avaliação menos genérica dos casos de evasão escolar de alunos deficientes, os dados apontam avanços alcançados no país referente à educação especial, em contraponto a uma época em que não havia legislação específica, e os pais cansados de lutar pelo acesso e permanência desistiam e retiravam seus filhos das escolas, mantendo-os somente em instituições que os excluía da aprendizagem escolarizada, ou em casa. Quando direcionamos o foco para a construção da identidade dos afrodescendentes sob a perspectiva da instrução formal, SANTOS (2016, p.72) nos orienta como foi tratado a educação para esses atores após a abolição;

A história educacional tradicional entende que os negros estiveram praticamente à margem da escola, visto que foram seres ativos na dimensão econômica, mas ausente do universo cultural, vinculados a condição de negros apenas como escravizados, de maneira a limitar lugares sociais restritos a esse grupo, ou invisibilizados.

Assim, a escola foi um dos lugares não frequentados, ou pouco frequentados pelos negros. Ainda que nas séries iniciais eles estivessem presentes, não

avançavam para o ensino superior, situação que está em processo de mudanças, mas ainda com imensas lacunas nos acessos.

Uma situação alarmante é o quantitativo de afrodescendentes inseridos na listagem de estudantes com deficiências, não sendo raros os casos de discentes que não se adaptam facilmente ao ambiente escolar serem qualificados com algum tipo de transtorno, e os familiares comunicados sobre a necessidade de se investigar em qual categoria se enquadram, carimbando nesse sujeito a marca do preconceito e da discriminação. Relatos de docentes corroboram com essa perspectiva:

[...] as crianças negras já são discriminadas com piadinhas e maledicências. Quando é deficiente então, ouvi muitas vezes de parentes mesmo, coisas do tipo: não bastava ser preto, ainda vem com deficiência. Vai sofrer em dobro. (MARIA, professora de Ensino Fundamental I)

O fomento a críticas e reflexões das práticas vivenciadas nas escolas pode ser o aporte que professores e professoras necessitam para superar as dificuldades encontradas para um trabalho diferenciado.

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas, este, sujeito, não é saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber, pelo contrário, que devo viver concretamente com o educando. (FREIRE 1996, p.95)

Assim, cabe ao educador conceber a educação não como uma forma de reprodução de conhecimentos ou mostrar a realidade das ideologias dominantes mas como uma forma de intervenção do mundo, como afirma FREIRE (1996, p. 98);

[...] a educação é uma forma de intervenção do mundo. Intervenção do mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução de ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora da ideologia dominante.

Para perfilhar a educação como uma ferramenta importante para intervenção no mundo e não apenas transmissora de conhecimentos é necessário que a escola se torne espaço de liberdade e respeito a diversidade. Nessa perspectiva, o currículo escolar precisa contemplar os diferentes sujeitos, suas diferenças culturais, seu contexto social, e assim cuidar para que uma proposta de

descolonização do pensamento faça emergir o enfrentamento ao racismo e à democracia racial. Segundo SANTOS (2016, p.145), descolonizar é necessário.

Descolonizar significa des-pensar a naturalização do racismo (o racismo justificado como resultado da inferioridade de certas raças ou etnias, não como sendo sua causa) e denunciar todo o vasto conjunto de técnicas, entidades e instituições que reproduzem: os manuais de história, a escola, a universidade (o que se ensina, quem ensina e a quem ensinar), os noticiários a moda, os condomínios fechados, a repressão policial, as relações interpessoais, o medo, o estereótipo, o olhar desconfiado, a distância física, o sexo, a música étnica, as metáforas as piadas correntes, os critérios sobre o que é belo, apropriado, bem pronunciado, bem dito, inteligente, credível, a rotina, o senso comum, os departamentos de relações públicas ou de recrutamento de empregados, o que conta como saber e ignorância etc.

Não é possível pensar um currículo que atenda questões referentes às desigualdades vivenciadas nas escolas com pensamentos ainda colonizados, sendo urgentes as discussões reflexivas nesse sentido.

Conclusões

A pesquisa aponta para um percentual de exclusão maior de pessoas negras e/ou com deficiências no ambiente escolar. Essa dupla condição leva ao não pertencimento a esse lugar, gerando desestímulo por não se sentirem acolhidas e protegidas nesse espaço, sendo também fator gerador de um processo que conseqüentemente corrobora com os índices de evasão escolar. Nesse sentido, esse contexto reproduz a história da discriminação e do racismo e a conseqüente dificuldade da permanência na escola, e não mais a falta de acesso a ela.

Ainda que se negue a existência do preconceito e do racismo na escola, sob a égide da democracia racial, o professor precisa assumir efetivamente seu papel de mediador desses processos, sendo imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (BRASIL 2006, p.21)

O silenciamento da escola frente às questões das relações raciais reforça a invisibilidade do racismo, afastando cada vez mais a proposta de uma escola democrática e para avançar na relação entre saberes/realidade social/diversidade étnico-racial é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais entre outras, significando ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam em nossas vidas e no próprio cotidiano escolar.

Referências

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ª edição. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro RJ, 2004

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (Org.). **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Editora Liber Livro, 2011.

NASCIMENTO, C. O. C. e JESUS, R. C.D. P. **Currículo e formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba. Progressiva, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Gráfica de Coimbra, LDA. Coimbra, 2009.

SANTOS, Sérgio Pereira - **os intrusos e os outros no ensino superior: Relações de raça e classe nas ações afirmativas da UFES**. Ed. CVR. Curitiba, 2016.

VICTOR, Sonia Lopes. VIEIRA, Alexandre Braga. OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação Especial Inclusiva: Conceituação, medicalização e política**. Campos dos Goitacazes, RJ. Brasil. Multicultural, 2018.